



Economia e Política : a disputa pela hegemonia na condução da política econômica no Governo Lula

Fábio San Martins

"Agora, a única frustração que eu tenho é que os ricos não estejam votando em mim. Sabe? Porque ganharam dinheiro como ninguém no meu governo. As empresas ganharam mais que os bancos, teve mais crédito que nunca. Depois de 20 anos a construção civil começou a se recuperar fortemente. Então essa é minha única frustração."

Depoimento de Lula a jornalistas durante a campanha eleitoral de 2006,
Valor Econômico, 18 de setembro de 2006.

"Quando eu fiz o que eles queriam em 2002 e em 2003, estavam todos aqui. Quando eu quis fazer aquilo que precisava, que foi ajudar os pobres, fizeram cara feia. Eles reclamam que minha política é assistencialista. Ora, eles não dão emprego, eu dou assistência."

(Presidente Lula, in Valor Econômico,30 de outubro de 2006).

*"Com base nessa opção, Lula desistiu de conter ou cortar gastos públicos, especialmente na área social. Assim, restou à Fazenda brigar por uma redução mais rápida dos juros e assegurar um instrumento de estímulo ao crescimento da economia nos próximos anos. 'A pressão que a Dilma e o Mantega estão fazendo contra o Meirelles fortalece o presidente do BC enormemente. **Lula não quer problemas com o mercado financeiro**', ponderou um interlocutor do presidente."*

Cristiano Romero e Claudia Safatle, "Mesmo pressionado, Lula manterá BC",
Valor Econômico, 4 de janeiro de 2007.

O programa de metas de inflação é o núcleo da atual política econômica e as demais peças, câmbio flutuante e superávit primário, apenas suportes para a sua condução segura.

O sistema de metas de inflação consiste num conjunto de regras de conduta para a política monetária, anunciadas publicamente com bastante antecedência e firmadas como um compromisso institucional da área econômica do governo: cabe à autoridade monetária, como "guardião da moeda", cumprir a missão delegada pelo Conselho Monetário Nacional, tendo autonomia nas decisões (conferida pelo presidente da República). A cerimônia de anúncio das metas de inflação segue um rito: o Ministro da Fazenda, como presidente do Conselho Monetário, comunica as regras de conduta e os acordos assumidos, permitindo ao mercado acompanhar e observar a coerência e cumprimento das promessas do Estado; logo em seguida, delega a responsabilidade para o cumprimento das metas de inflação ao presidente do Banco Central.

A partir do momento em que são anunciadas as regras e acordos e delegada a responsabilidade pelo cumprimento delas ao Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda, enquanto guardião do "tesouro nacional" e gestor da dívida pública, deve legitimar e validar todas as decisões da autoridade monetária. Qualquer divergência pública entre as equipes do Ministério da Fazenda e do Banco Central pode levar o mercado a desconfianças sobre o real cumprimento do governo com as metas de inflação

Nesse sentido, a política fiscal "serve" a política monetária: o presidente do Banco Central persegue as metas de inflação e adota medidas de política monetária coerentes com o objetivo de "ancorar as expectativas racionais dos agentes", mas ao fazê-lo acaba afetando simultaneamente a dinâmica da dívida pública (parcela significativa desta é de curto prazo e remunerada pela Selic), podendo gerar riscos de pagamento e dúvidas sobre seu calote. O Ministro da Fazenda, então, cumpre sua função e administra o orçamento público de modo a dar sustentabilidade no tempo à dívida pública, dirimindo dúvidas sobre riscos *de calote* e *de inflação*.

Vê-se que o sistema de metas de inflação altera o quadro tradicional da política econômica no Brasil: o Banco Central, uma instituição criada durante os anos 60 e que era uma agência do Ministério da Fazenda, assume status de ministério e o Ministério da Fazenda converte-se na prática em agência do Banco Central.

A atual política econômica requer, portanto, que a área econômica "fale a mesma linguagem", que tenha "sensibilidade" às reivindicações do mercado, que tenha atitudes harmônicas e em sintonia fina com as expectativas e conquiste a credibilidade do mercado. Por que o Estado deve se sujeitar às determinações do mercado e elaborar uma política econômica que serve os interesses dos ricos e poderosos? O estado brasileiro possui uma dívida superior a 1 trilhão de reais em mãos do mercado (fundos de investimentos e de pensão e sistema bancário nacional e internacional), com variados prazos de vencimento e indexadores; precisa ser paga pontualmente, refinanciada urgentemente, às vezes, e o mais importante mantida sua rentabilidade real. O pagamento pontual é assegurado pelo superávit primário (excedente de receitas sobre despesas não financeiras do Estado). A rentabilidade real é alcançada pelo compromisso forte do governo com as metas inflação.

Entretanto, o sistema de metas de inflação no Brasil apresenta problemas graves de credibilidade no Governo Lula: 1) a autonomia do Banco Central é um atributo conferido pelo presidente da República, e como Lula é mais intuitivo do que convicto pode ser acometido de tentações "inflacionárias", pressionando o presidente do Banco Central a ser leniente com a inflação e no limite romper com as regras e acordos; 2) o atual Ministro da Fazenda, Guido Mantega, não tem reputação, não é um acadêmico de instituições de ensino liberais, não é um "fiel" que foi "catequizado" por ilibadas universidades americanas, mas um "cristão novo", convertido à fé recentemente: é doutor em Economia pela USP (uma das mais ecléticas escolas de economia do Brasil, abrigando economistas da esquerda, como o bravo e nobre Paul Singer, e até da direita fanática, como Delfim Netto), com uma forte influência "desenvolvimentista" e sem experiência no cotidiano do mundo bancário e financeiro. Mantega não é o tipo de economista que o mercado tenha "certeza" que fará suas vontades e que cumpra o papel que é relegado ao Ministério da Fazenda, que é "apoiar" as "decisões" do presidente do Banco Central e, assim, acatar as ordens do mercado ou dos credores do Estado.

Foi após a demissão de Palocci em meados do ano passado que o presidente Lula colocou Mantega no Ministério da Fazenda; os ruídos no mercado foram imediatos: Lula fortaleceria o Ministério da Fazenda, pondo à sua frente um dos principais críticos da política monetária e cambial encaminhada por Meireles, o presidente do Banco Central. Meireles já estava demissionário quando

Lula imediatamente cobre-o com a maior honraria que um presidente do Banco Central jamais teve desde a criação do órgão nos anos 60: Meireles é transformado em ministro de Lula, reafirmando autonomia do Banco Central na política monetária e no cumprimento dos acordos e promessas com o mercado.

Mesmo Lula concedendo a Meireles o status de ministro, retirando, assim, a obrigação do presidente do Banco Central de dar satisfações de seus atos ao Ministro da Fazenda, as divergências públicas entre Meireles e Mantega se intensificaram ao longo de 2006, comprometendo a credibilidade do sistema de metas de inflação. É o que ocorreu no início da gestão de Mantega no Ministério da Fazenda quando ele disse publicamente (causando horror à sensibilidade do mercado) que Meireles continuaria obtendo *seu apoio* enquanto continuasse relaxando a política monetária (reduzindo os juros selic durante as reuniões programadas pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central): isso indicou ao mercado falta de sintonia na área econômica e pior: mostra que o "empregado" (Mantega) desautoriza o "executivo do mercado" (Meireles), gerando dúvidas, portanto, sobre a credibilidade do compromisso do governo com a inflação baixa e estável e sobre a solvência da dívida pública.

É por isso que uma das principais reivindicações dos credores do Estado para eliminar qualquer interferência nas decisões do Banco Central e assegurar credibilidade às metas de inflação seria conceder autonomia *legal* ao presidente e à diretoria do Banco Central, com mandatos fixos conferidos pelo Congresso Nacional. Os credores do Estado teriam mais segurança pois retirariam do presidente da República o poder de conferir autonomia ao Banco Central (eliminando a possibilidade de Lula por exemplo romper acordos e interferir diretamente nas decisões de política monetária) passando ao Congresso esse poder; uma vez legalizada a autonomia, as decisões do Banco Central ficariam livres de qualquer influência política, respondendo diretamente às exigências e necessidades dos credores do Estado. O mercado ficaria então seguro e trataria da política econômica do Estado como um rentista que delega ao "conselho de administração", a executivos profissionais e fiéis, a gestão do dia-dia de sua riqueza, exigindo apenas resultados e "gordos dividendos".

As divergências públicas entre as equipes do Ministério da Fazenda e do Banco Central tornaram-se dramáticas após a vitória de Lula nas eleições do ano passado. Quando Mantega assumiu o Ministério da Fazenda ele reestrutura suas secretarias executivas, chamando para a Secretaria de Política Econômica (uma espécie de vice-Ministro) Júlio Gomes de Almeida, antigo chefe da agência intelectual da Fiesp, o célebre IEDI. A FIESP é uma das maiores críticas à política econômica conduzida pelo Banco Central, sobretudo do diretor Afonso Beviláqua, considerado o principal formulador da política de metas de inflação e braço direito de Meireles. A combinação de juros altos e dólar barato, segundo a FIESP, estão levando a uma destruição do parque industrial brasileiro, transformando o país num empório de produtos importados chineses. As alfinetadas recíprocas entre Beviláqua e Júlio de Almeida alcançaram nível intolerável para a credibilidade do sistema de metas de inflação e logo poderiam levar o mercado a realizar movimentos preventivos nas bolsas e no mercado de títulos para mostrar sua insatisfação com a condução da política econômica do governo Lula.

Neste mês, o presidente Lula finalmente intervém na disputa pela hegemonia na política econômica, usando sua notável sensibilidade de sobrevivente e retirante nordestino, que lhe mostrou durante toda a vida que não é sensato confrontar os ricos e poderosos.

A manutenção de Meireles no Banco Central para Lula é vital política e economicamente. Meireles é o esteio de sua política de conciliação de classes e de interesses: assegura o poder de

compra da moeda e sustenta a rentabilidade real dos títulos públicos, possibilitando, ao mesmo tempo, a Lula de afastar qualquer possibilidade remota de reformas que firam os direitos sociais e econômicos dos pobres. Enfim, Meireles é fiador de Lula junto aos credores do Estado; Lula adula os ricos mantendo Meireles à frente do Banco Central e posa de "Pai dos Pobres" aos vastos contingentes desfavorecidos do povo brasileiro com sua política de assistência social.

Por isso, Lula opera uma cirurgia na sua equipe econômica e ordena que Mantega e Meireles cortem na própria carne e eliminem as fontes básicas da divergência: Mantega coloca a prêmio a cabeça de Júlio Gomes de Almeida e Meireles faz o mesmo com Afonso Beviláqua: na recente capa da *"Isto é Dinheiro"*, uma pose sorridente tenta exibir completa sinergia entre Meireles e Mantega: era o sinal que o mercado precisava para continuar acreditando nos compromissos de Lula com as metas de inflação, com o pagamento pontual da dívida pública e com a manutenção da rentabilidade real dos títulos do governo.

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.